

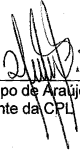


ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



AVISO DE LICITAÇÃO

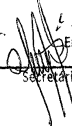
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS 003/2018. A Prefeitura Municipal de Esperantina - TO, através de seu Presidente da CPL toma público para conhecimento dos interessados, que fará realizar sob a égide da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, objetivando: Contratação de empresa especializada para Reforma da Escola Primeiro Passo, localizada na Sede do Município. ABERTURA: 21 de julho de 2018 às 16:00 hrs, na Sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Getúlio Vargas, S/N, Vila do Gato, Esperantina – TO, CEP 77.993-000, sendo presidida pelo Presidente da CPL desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, onde poderão ser consultados gratuitamente ou adquiridos mediante o recolhimento da importância de R\$ 20,00 (vinte reais) feito exclusivamente através de documento de Arrecadação Municipal. Esperantina - TO, 07 de junho de 2018. Adolfo Bispo de Araújo - Presidente da CPL



Adolfo Bispo de Araújo
Presidente da CPL

CERTIDÃO

CERTIFICO, para todos os fins necessários, que foi publicado, na íntegra, no placar da Prefeitura local destinado à divulgação e publicidade dos atos oficiais do Município.


Em 07/06/2018

Secretário de Administração

NOTÍCIAS

Prefeitos pagarão multas de R\$ 10 mil

AVALIAÇÃO

136 prefeituras responderam todos os questionários do IEGM referente ao ano de 2017; já três, Axixá do TO, Juarina e Ponte Alta do Bom Jesus não enviaram os dados ao TCE

Alina Sáez
alina.saez@tocantins.com.br

Dos 139 municípios do Tocantins, 136 responderam os questionários do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente ao ano de 2017. As prefeituras de Axixá do Tocantins, Juarina e Ponte Alta do Bom Jesus não responderam as solicitações e os respectivos prefeitos Diemito Castro Filho (MDB), Ivo Diniz (MDB) e Yaporan da Fonseca Milhomem (PV) serão multados em R\$ 10 mil, cada um. O TCE destacou que as três prefeituras detexaram novamente de responder o questionário, situação que ocorreu também no ano passado, referente ao IEGM de 2016.

O TCE comemora o resultado deste ano, pois diferente do último IEGM, realizado no ano passado, quando 14 prefeituras não responderam todos os questionários, esse ano apenas três municípios não estão partici-

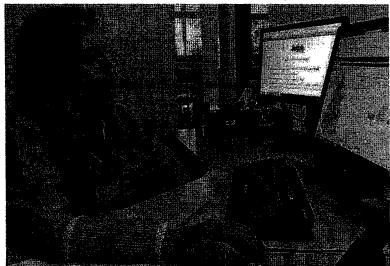
pando. Na primeira edição do IEGM, 13 prefeituras não responderam as perguntas nas sete áreas avaliadas: Educação, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Governança em Tecnologia da Informação, Cidades Protegidas, Saúde e Planejamento.

“Os gestores estão começando a compreender que eles precisam fazer essa avaliação da gestão e que o IEGM proporcionará, nas sete dimensões abordadas, um ‘olhar geral’, a partir da coordenadora de Auditorias Especiais do TCE, Lígia Braga. Ela destaca também que responder o IEGM não é opcional, mas sim uma determinação do Tribunal.

Lígia detalha que os municípios deixaram para enviar as respostas na última hora. Situação que levou o TCE a prorrogar o prazo final para envio dos questionários de 15 para 31 de maio. “Na últimas semanas e nas últimas horas que o pessoal comemora, os dados não chegaram, então ainda não sabemos a qualidade dessas informações”.

Lígia conta que a cada edição do IEGM, além dos questionários adotados em outros estados, também são incluídas questões que o TCE do Tocantins consideram estratégicas.

“O TCE fiscaliza muito as despesas dos municípios, mas queremos desenvolver um trabalho referente a receita e por isso incluímos questões sobre o tema. Outra novidade em rela-



MONITORAMENTO Lígia: “IEGM é um diagnóstico importante para a gestão e para o fiscalização”

ção ao IEGM de agora, que avalia as informações de 2017, foram as solicitações dos planos municipais de residência sólido, juntamente com as leis que os aprovaram.

“Também pedimos informações sobre o cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) - matrículas de todas as crianças de quatro a cinco anos na pré-escola. Pois grande maioria dos municípios não cumpriu essa meta, que tinha como prazo 2016”, detalha Lí-

gia. Ela ressalta que muitos municípios não têm adotado ações para cumprir essa meta até 2024, quando termina o plano, e por isso o TCE também está monitorando as prefeituras.

VALIDAÇÃO
Agora o TCE começa o trabalho de validação das informações enviadas. Lígia explica que, em razão do corpo técnico do TCE ser pequeno, serão feitas visitas em alguns municípios, que serão sorteados, para

ter uma amostragem. Ela detalha que também não serão conferidas todas as respostas dos municípios escolhidos, pois são mais de 200 perguntas. O TCE focará na validação das respostas nas áreas da educação e saúde. “O processo destacará que as informações que serão avaliadas foram fornecidas pelos gestores municipais. O resultado do IEGM divulgado pelo TCE vem de informações dadas pelas prefeituras, por isso orientamos para quem mostram realidade”.

IEGM ANTES NA SUA TERCEIRA EDIÇÃO TEM COMO OBJETIVO MEDIR O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA EM SETE ÁREAS ESTRATÉGICAS

PREFEITURA MUNICIPAL ESPERANTINA - TO

AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Esperantina - TO, através do Presidente do Conselho Municipal de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará licitação para aquisição de: **1. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI.** O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: **www.tce.to.gov.br**. O prazo para apresentação de propostas é até o dia 15 de junho de 2015, às 14h30min.

2. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: **www.tce.to.gov.br**. O prazo para apresentação de propostas é até o dia 15 de junho de 2015, às 14h30min.

3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: **www.tce.to.gov.br**. O prazo para apresentação de propostas é até o dia 15 de junho de 2015, às 14h30min.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CAMPANHA SALARIAL 2016/2019

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO ESTADO DO TOCANTINS - SINTECTO, estabelecido na quadra 104 NORTE, Rua NE 11, Lote nº 40, Praça Doutor Nery, Palmas - TO, por sua Presidência, torna público, pela presente Edital, convocando a Assembleia Geral Extraordinária, para o dia 07 de junho de 2015, às 14h30min, no endereço: Rua NE 11, Lote nº 40, Praça Doutor Nery, Palmas - TO, para discutir e votar o Projeto de Resolução nº 001/2015, que trata da renovação do contrato de trabalho coletivo de trabalho para o período de 2016/2019. O Projeto de Resolução nº 001/2015, que trata da renovação do contrato de trabalho coletivo de trabalho para o período de 2016/2019, encontra-se disponível no endereço eletrônico: **www.sintecto.org.br**. O prazo para apresentação de propostas é até o dia 15 de junho de 2015, às 14h30min.



ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GURUPI - CARTÓRIO DA 2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor WILSON FERREIRA DE SOUZA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, torna público para ciência do Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, que foi citado para comparecer ao Juízo desta Comarca, em audiência pública, no dia 15 de junho de 2015, às 14h30min, para discutir e votar o Projeto de Resolução nº 001/2015, que trata da renovação do contrato de trabalho coletivo de trabalho para o período de 2016/2019. O Projeto de Resolução nº 001/2015, que trata da renovação do contrato de trabalho coletivo de trabalho para o período de 2016/2019, encontra-se disponível no endereço eletrônico: **www.sintecto.org.br**. O prazo para apresentação de propostas é até o dia 15 de junho de 2015, às 14h30min.

1. Referenciar a pauta de reuniões de Campanha Eleitoral 2016/2019 aprovada pelo Estatuto Nacional das Bancadas eleitorais, pelo CONTELE, estatuto em que o SINDICATO ESTÁ CONVITEO, desde a Dissolução Coletiva da natureza jurídica acordada pelo Projeto Judicial e que as entidades contrárias colaborem instrumentando o pedido de tutela.
 2. Deliberar sobre o PROTESTO ANTICORRUPÇÃO, em falta de pagamento para custear as despesas com a Campanha Eleitoral de 2016.
- Palmas - TO, 06 de junho de 2015.
Cristina Batista Figueira
Presidente